

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 836-2122 (PABX).



ANC 88
Pasta 11 a 20
Julho/87
061

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Mais uma loucura dos constituintes contra o Brasil

Não bastasse o monstrego que enviou ao plenário da Constituinte, no qual consagra sérias discriminações aos investimentos estrangeiros no Brasil (só serão admitidos como "agente complementar do desenvolvimento" e de acordo com o interesse nacional), a Comissão de Sistematização aprovou, no final do sábado passado, um projeto de decisão que veta a transformação da dívida externa do País em capital de risco. Mais uma vez os grupos nacional-estatizantes, minoritários mas barulhentos, conseguiram impor sua vontade diante da timidez do governo e das forças liberais, numa ação totalmente antinacional e que só irá colaborar para atrasar ainda mais a superação da crise econômica que vivemos. Os constituintes, pelo visto, não descansarão enquanto não conseguirem afirmar perante o mundo nossa pobreza definitiva. Pobreza, porém, "soberana".

Antes de mais nada, devemos considerar que esta resolução tomada na Comissão de Sistematização por 42 votos a 6 e uma abstenção (uma decisão de minoria, pois a Comissão tem 91 membros) não tem nenhum amparo no regimento interno da Constituição no qual esta se baseou. O instrumento do "projeto de decisão", um dos pontos mais polêmicos do regimento interno, foi instituído para "sobrestar medidas que coloquem em risco a soberania da Assembléia Nacional Constituinte". E em que ponto a dívida externa coloca em risco o funcionamento da Constituinte? Como o projeto de decisão, para ter validade, precisa ainda ser aprovado no plenário, espera-se que os senhores constituintes, não só observando o estrito teor do regulamento que eles mesmos aprovaram, mas, principalmente, tendo em vista os superiores interesses do Brasil, sepultem de vez mais esta burrice intentada pelos radicais.

Pois se trata mesmo de loucura e irresponsabilidade. Como ensina o especialista em administração Peter F. Drucker, professor de Ciências Sociais e de Administração na Escola de Pós-Graduação de Clermont, Califórnia, "a dinâmica da economia se deslocou decisivamente da economia nacional para a economia mundial. De agora em diante, qualquer país — como também qualquer atividade comercial, especialmente se for de grande porte — que queira prosperar terá que aceitar o fato de que é a economia mundial que tem a primazia, e que as políticas econômicas só terão êxito se fortalecerem, ou pelo menos não prejudicarem, a posição competitiva internacional do país. Esta talvez seja a mais importante — e com toda a certeza a mais notável — característica da economia mundial transformada".

Os japoneses, que perceberam este fenômeno antes de todos os outros, formam hoje a mais rica e próspera sociedade do Planeta. Na mesma onda estão dando o seu "grande salto" países como a Coreia do Sul e Taiwan, há apenas uma década tão ou mais subdesenvolvidos do que o Brasil. Até o camarada Gorbachov já descobriu que, sem abertura da economia, não se pode sonhar com desenvolvimento e riqueza.

Está evidente também — e o caso brasileiro é um exemplo típico — que não é mais possível financiar esse desenvolvimento, como o Brasil fez principalmente na década de 70, com empréstimos externos. Esse mecanismo mostrou-se limitado, falho e, além do mais, está hoje praticamente esgotado. O desenvolvimento agora deve ser financiado, prioritariamente, por investimentos diretos, de risco; só subsidiariamente com mais endividamento. O capital de risco, além de ser muito mais barato, exatamente por significar um risco para o investidor, é sempre muito mais produtivo, não se presta a desperdícios tipo Transamazônicas e Ferrovias do Aço.

O ministro Bresser Pereira e outros auxiliares do presidente José Sarney estão conscientes de que sem a decidida colaboração da "poupança externa" não será possível criar anualmente de dois a 2,5 milhões de novos empregos, o mínimo necessário nesta fase para evitar que as desigualdades econômicas e sociais internas se ampliem. Só este ano, segundo cálculos do Banco Central, o Brasil irá precisar de seis bilhões de dólares para cobrir seu déficit em conta corrente. Para tentar atrair esse dinheiro, sem precisar recorrer somente aos bancos, tanto o Programa de Controle Macroeconômico preparado pelo Ministério da Fazenda quanto a nova política industrial em gestação no Ministério da Indústria e do Comércio prevêem uma abertura controlada e gradual da economia brasileira à competição estrangeira.

Mas nenhuma empresa estrangeira irá investir altas somas no Brasil — como não investirá em qualquer outro país — se não tiver o mínimo de garantia de que poderá trabalhar em paz e não será impedida de usufruir lucros com sua atividade. Enfim, que irá arriscar o seu dinheiro mas terá a segurança do respeito às tradicionais — e imutáveis — regras do capitalismo e da democracia. Os japoneses, por exemplo, que estão com a disposição de aplicar 20 bilhões de dólares na América Latina, exigem que o país a receber os investimentos tenha boas relações com os banqueiros privados internacionais e tenha um programa econômico razoavelmente bem feito, conforme revelaram alguns empresários que estiveram reunidos na semana passada no Rio de Janeiro num encontro do grupo conceitual Brasil-Japão.

E o Brasil da moratória, do excessivo controle do Estado sobre a economia (já existente há muitos anos entre nós mas exacerbado depois do Plano Cruzado), passou a ser cada vez menos atrativo para o capital estrangeiro. Os últimos estudos do Banco Central prevêem que a saída do dinheiro externo do País neste ano deverá superar o total de saída de 1986. Em 1987 cerca de 700 milhões de dólares estarão deixando o Brasil na forma de desinvestimento contra a entrada de 450 milhões, o que dá um saldo negativo de 250 milhões de dólares. No ano passado, 637,7 milhões de dólares voltaram para seus países de origem, contra a entrada de 432,9 milhões internados aqui, com um saldo negativo de 203,8 milhões de dólares.

Para o presidente da Câmara de Comércio do Brasil-Estados Unidos em São Paulo é a falta de transparência nas regras econômicas que está criando este quadro. Segundo ele, muitos investimentos que seriam feitos em 1986 foram transferidos para 1987 e agora foram postergados para o próximo ano. E a situação ainda se torna mais dramática diante do comportamento xenófobo, francamente hostil ao capital externo que a Assembléia Nacional Constituinte vem tendo até agora. "O presidente José Sarney tem falado que o País está aberto ao capital estrangeiro, mas há muitos constituintes que parecem não concordar com ele. Isso faz o investidor pensar duas vezes antes de decidir vir para o Brasil" — denuncia Lund.

De fato, se podem aplicar dinheiro na Coreia e em Taiwan, por exemplo, onde serão bem recebidos e sa-

bem que poderão progredir, por que esses investidores iriam arriscar suas economias no Brasil?

É sobre esses aspectos que os senhores constituintes precisam meditar antes de prosseguir nesta escalada de destruição da economia e da democracia brasileira em que estão empenhados.